EDITAL

CONTRATAÇÃO Nº 60/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.308/2026

Processo Administrativo nº E:04105.0000001450/2026

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 279/2026**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 20 de agosto de 2026, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, realizará **LICITAÇÃO**, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: R$ 113.942,35 (cento e treze mil novecentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

/Data da sessão pública: 27/11/2026.

Horário: 09h - horário de Brasília.

Critério de Julgamento: menor preço, por item.

Modo de disputa: aberto.

Preferências ME/EPP/Equiparadas: sim.

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ADESTRAMENTO, DOMA E TRATO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens identificados como "exclusivos microempresas / empresas de pequeno porte", a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. Na hipótese de não haver o aceite de propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, ou, ainda, havendo a inabilitação, os itens serão declarados desertos ou fracassados, conforme o caso.

3.5.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021:

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que

apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Nas licitações que prevejam cota reservada destinada à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal; em caso de recusa deste, a adjudicação será ofertada aos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.2 e 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada

pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote), o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que integre o grupo, não podendo qualquer deles ultrapassar o valor máximo estimado pela Administração.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a

apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (https://portal.sei.al.gov.br/).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: maycon.amgesp@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.10. Em caso de divergência entre as especificações, unidades de medida, condições ou demais exigências dos itens licitados constantes do Portal Comprasnet e aquelas previstas no Termo de Referência, prevalecerão, para todos os fins, as disposições contidas no Termo de Referência.

14.11. O “Quadro de Avisos” disponibilizado no Portal Comprasnet possui caráter instrutório e vinculante, integrando o presente Edital para todos os fins e efeitos, devendo ser integralmente observado pelos licitantes. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.13.1. ANEXO A– Modelo de Proposta Final;

14.13.2. ANEXO B – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.13.3. ANEXO C – Minuta de Termo de Contrato;

14.13.4. ANEXO D– Termo de Referência;

14.13.5. Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 09 de novembro de 2026.

LUYZA RAPHAELA TENORIO VITORINO:12111734454 2026.11.09 11:23:31 -03'00'

Luyza Raphaela Tenório Vitorino

Assessora de Apoio de Contratação

Maycon Douglas de Souza Silva

Pregoeiro Responsável

ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA FINAL

Razão Social da Licitante:.....
CNPJ:.....
Endereço:.....
CEP.....
Telefone:..... E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R$).

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**Marca e modelo:**	Unid.	Qnt.	**PREÇO expresso em R$**	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, de acordo com as necessidades da Administração.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO C deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

ANEXO B – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX

Processo Administrativo nº E:04105.0000001450/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX

A **Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP**, UASG: 925998 com sede na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.424.905/0001-38, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **Sr. Amilton Barbosa Silva**, nomeado pela decreto nº 86.124, de 01 de Janeiro de 2023, publicada no DOE/AL de 01 de Janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 163-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS AMGESP - **PREGÃO/ANO**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em XX de XXX de 2026, e no Diário Oficial do Estado de Alagoas em XX de XXX de 2026, referente ao Processo Administrativo nº E:04105.0000001450/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ADESTRAMENTO, DOMA DE EQUINOS**, especificado(s) no(s) item(ns) nº XXX do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação nº **PREGÃO/ANO**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ:, Inscrição Estadual:, sediada na : , CEP: , Telefone: , E-mail: , representado pelo Sr. (a): , Inscrito (a) no CPF: , sob o RG n°:.							
Item	CATMAT/ CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca / Modelo	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
VALOR TOTAL: R$ XXXXXX (XXXXXX).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ÓRGÃO	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	TOTAL
XXX	XX	XXX	**10%**	**50%**	**XXX**
XXX	XX	XXX	**10%**	**50%**	**XXX**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital ou no Aviso de Contratação Direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no Aviso de Contratação Direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo enas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços Registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou ao aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo órgão ou entidade gerenciadora e fornecedor(es) e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Maceió/AL, em XX de XXXX de 2025.

AMILTON BARBOSA SILVA

Diretor Presidente/AMGESP

FORNECEDOR

EMPRESA

FORNECEDOR

TESTEMUNHA CPF Nº

TESTEMUNHA CPF Nº

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

ANEXO C – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) (...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O)(...ÓRGÃO...),/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO...) E A EMPRESA (...), PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ADESTRAMENTO, DOMA DE EQUINOS.

CONTRATANTE: O(A) (...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...),/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a) (...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

CONTRATADO: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº E:04105.0000001450/2026 e do(...Pregão/Concorrência...) nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do contrato é a contratação de **MATERIAIS DE ADESTRAMENTO, DOMA DE EQUINOS**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor Total (R$)
(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R$) unitário
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo),** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

8.1.6. efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.11. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9. comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.12.1.A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal n° 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.13. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.17. alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18. orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.20. submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.21. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave(art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

11.2.4.2. moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.3. compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

11.2.4.4. compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do Contratado:

12.1.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.1.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral do Estado, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade: (...);

14.1.2. Fonte de Recursos: (...);

14.1.3. Programa de Trabalho: (...);

14.1.4. Elemento de Despesa: (...);

14.1.5. Plano Interno: (...).

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA CPF Nº

TESTEMUNHA CPF Nº

ANEXO D – TERMO DE REFERÊNCIA;
APÊNDICE DO ANEXO D – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

EAL - POLICIA MILITAR DE ALAGOAS

Aquisição de material de doma, adestramento e trato 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	926233-EAL - POLICIA MILITAR DE ALAGOAS	TAFAREL RAMOS DA SILVA	31/08/2026 11:56 (v 0.10)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		E:01206.0000001482/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material para adestramento, doma e trato para atender à demanda dos solípedes do Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I da Polícia Militar de Alagoas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1 **(EXCLUSIVO)**	**296945 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	Rasqueadeira, Material: aço inoxidável. Tipo: Desmontável Aplicação: Escovação E Separação de Pêlos Mortos. Características Adicionais: 2 tamanhos de dentes. **Descrição complementar**: RASQUEADEIRA METAL. Material: alumínio, com 2 tamanhos de dentes, dimensões conforme o fabricante, devendo ser de aproximadamente 10 cm de largura e 16 de comprimento, acabamento para permitir a limpeza e retirada de excesso de pelos do solípede de forma eficiente e sem agressão. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	100	R$ 46,45
	452372	**Escova Animal** Material Base: Plástico Material Cerdas: Nylon			

2 **(EXCLUSIVO)**	**(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	Características Adicionais: Com Limpador De Casco Animal Em Ferro **Descrição Complementar:** Características Adicionais: com limpador de casco animal em ferro, ferro de ranilha - limpador de casco e ranilha. Material plástico injetável. Tamanho padrão.	UNIDADE	100	R$ 50,00
3 **(EXCLUSIVO)**	**296945 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Rasqueadeira de borracha,** Rasqueadeira Material: Aço Inoxidável Aplicação: Escovação E Separação Pelos Mortos Tipo: Desmontável Características Adicionais: 2 Tamanhos de Dentes **Descrição Complementar:** RASQUEADEIRA DE BORRACHA Material borracha, características com encaixe anatômico para a mão, dimensões de acordo com o fabricante, devendo ser de aproximadamente 10 cm de largura e 16 de comprimento, acabamento para permitir a limpeza e retirada de excesso de pelos do solípede de forma eficiente e sem agressão. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	100	R$ 37,19
4 **(EXCLUSIVO)**	**618742** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Escova Animal** Material Base: Madeira Material Cerdas: Nylon Características Adicionais: Medidas Aproximadas 25 X 8 (Cxl); **cerdas duras.** **Descrição Complementar** **Escovão duro,** escova de limpeza geral. Material do corpo: madeira. Material das cerdas: nylon. Comprimento: 7 CM. Características Adicionais: Com Suporte. Descrição complementar: ESCOVÃO. Descrição com fios de náilon fixados em peça de madeira com 25 cm de comprimento x 6 cm de largura x 3 cm de espessura, aplicação para limpeza de equinos em geral. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	100	R$ 21,63
5 **(EXCLUSIVO)**	**618742** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Escova Animal** Material Base: Madeira Material Cerdas: Nylon Características Adicionais: Medidas Aproximadas 25 X 8 (Cxl); **cerdas duras.** **Descrição Complementar** **Escovão mole**, escova de limpeza geral. Material do corpo: madeira. Material das cerdas: nylon. Comprimento: 7 CM. Características Adicionais: Com Suporte. Descrição complementar: ESCOVÃO	UNIDADE	100	R$ 21,63

		Descrição com fios de náilon fixados em peça de madeira com 25 cm de comprimento x 6 cm de largura x 3 cm de espessura, aplicação para limpeza de equinos em geral. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.			
6 **(EXCLUSIVO)**	**468655** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Tesoura** Material: Zinco Cromado Aplicação: Tosar Crina E Calda De Equinos Tamanho: 10 POL **Descrição Complementar** **Tesoura de crina**, tesoura para cortar crina e calda de equinos, possuindo lâminas metálicas lisas, fabricadas em aço carbono especial de alta qualidade, e cabo ergonômico de alta resistência com acabamento envernizado, sendo as dimensões: tamanho 10 polegadas (aprox. 25 cm).	UNIDADE	05	R$ 349,75
7 **(EXCLUSIVO)**	**635044** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Equipamento / Acessório Animal** Tipo: Tosquiadeira Material: Metal/Plástico Voltagem: 220 V Aplicação: Ovinos Características Adicionais: Com Escova e Pentes **Descrição Complementar** **Tosquiadeira elétrica,** máquina de tosquiar equinos 220V — A máquina de tosquiar cavalos 220 V deve ser capaz de cortar qualquer tipo de pelo. Robusta, tem motor resfriado a ar e requer pouca lubrificação. Carcaça resistente com textura antiderrapante para maior firmeza na pega. Velocidade variável, por interruptor acoplado ao corpo da máquina, para redução de ruído em caso de animais ariscos e para redução de aquecimento.	UNIDADE	05	R$ 2.200,00
8 **(EXCLUSIVO)**	**359390** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	Pente De Cabelo Material: Madeira Modelo: Com Dentes Tamanho: Grande Tipo Dentes: Largos Próximos **Descrição complementar:** **Pente de cola,** pente para crina, fabricado em aço inoxidável, livre de ferrugens. Produto de alta durabilidade e fino acabamento. Total de dentes: 21. Comprimento da alça: 17cm. Comprimento do pente: 15,5cm. Largura/altura do pente: 04cm.	UNIDADE	20	R$ 79,00

9 **(EXCLUSIVO)**	**444825** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	Equipamento / Acessório Animal Tipo: Cabeçada Para Equinos Material: Couro Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição Complementar:** **Finalidade:** Equipamento destinado à doma racional, adestramento inicial, condução e manejo em solo de equinos, permitindo controle sem uso de embocadura metálica, com atuação por pressão controlada em pontos anatômicos da cabeça, assegurando bem-estar animal, segurança e eficiência operacional. **Funcionalidade mínima:** uso sem embocadura metálica; possibilidade de utilização como cabeçada de condução, auxiliar de treinamento; controle direcional lateral e longitudinal; compatível com práticas de doma racional e bem-estar animal. **Sistema de atuação:** atuação por pressão controlada em pontos anatômicos da cabeça do equino, promovendo respostas claras aos comandos, sem causar dor, ferimentos ou estresse excessivo. **Estrutura construtiva:** faixa nasal dupla ajustável; estrutura flexível; mínimo de 03 anéis de fixação (01 ao centro na parte inferior da mandíbula e 02 laterais); pontos de fixação reforçados para acoplamento de guia. **Material:** material sintético de alta resistência à tração, flexível, atóxico, não abrasivo e adequado para uso contínuo em ambiente externo. **Acabamento:** superfície lisa, sem rebarbas, arestas cortantes ou elementos que possam causar lesões ao equino ou ao operador. **Ajuste anatômico:** regulagens com fivelas compatíveis com diferentes portes e conformações de equinos adultos, garantindo ajuste firme, estável e confortável, sem restrição excessiva de movimentos. **Dimensão – faixa nasal (mín.):** ≥ 65 cm (tolerância ± 5%). **Dimensão – faixa nasal (máx.):** ≤ 90 cm (tolerância ± 5%). **Dimensão – circunferência da cabeça (mín.):** ≤ 90 cm (tolerância ± 5%). **Dimensão – circunferência da cabeça (mín.):** ≥ 95 cm (tolerância ± 5%). **Dimensão – circunferência da cabeça (máx.):** ≤ 125 cm (tolerância ± 5%). **Dimensão – bochecha (anel ao ajuste):** ≥ 22 cm (tolerância ± 5%).	UNIDADE	05	R$ 311,67

		Segurança: não causar ferimentos visíveis; não restringir excessivamente os movimentos naturais; distribuição equilibrada da pressão; estabilidade durante o uso. **Higienização:** permitir limpeza com água e sabão neutro, sem perda de funcionalidade ou integridade do material. **Critérios mínimos de aceitabilidade: atendimento** integral às funcionalidades mínimas; conformidade dimensional dentro das tolerâncias; material resistente e acabamento adequado; presença dos anéis e sistemas de ajuste previstos.			
10 **(EXCLUSIVO)**	**268947** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Protetor Emborrachado** Formato: Cilíndrico Diâmetro: 1 CM Tipo Fixação: Parafuso Auto-Atarrachante **Descrição complementar:** **Protetores de borracha para freios e bridões** em silicone injetado, produzidos em borracha siliconada e superflexível. Para ser usada nas laterais de freios e bridões para proteger a boca do animal.	UNIDADE	30	R$ 14,95
11 **(EXCLUSIVO)**	**222403** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Arreio Animal** Material Couro Tipo: De Cabeça Com Almofada Componentes: Loro/Látego/Contra-Látego/Barrigueira e Estribo Aplicação: Equinos **Descrição complementar:** **Rédea modelo Neco/Pessoa.** Usada para trabalhar o cavalo à guia, esta rédea desenvolvida por Nelson Pessoa auxilia no posicionamento do corpo do cavalo durante o trabalho. Deve ser usada ao trote até que os músculos do animal se fortaleçam. Foi inspirada nos arreamentos dos animais de tração. É composta de cordões, mosquetões e um amparo de borracha revestida.	UNIDADE	03	R$ 590,00
		Equipamento / Acessório Animal Tipo: Rédea Equino Material: Couro Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição Complementar:** **Rédea Fixa Lateral.**			

12 **(EXCLUSIVO)**	**444843** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	Feita em couro de 35 linhas selecionado e tingido. Elástico duplo importado. Fivelas e argolas de latão fundido e resistente. Próprias para o trabalho em guia. Efeito: agem sobre a musculatura do pescoço, fazendo com que o cavalo trabalhe encaixado. Atuam também no engajamento dos posteriores. Usada com o cilhão de trabalho, cilhão de volteio ou barrigueira. Fabricada com couro legítimo de alta qualidade, garantindo durabilidade e resistência. Design ergonômico que proporciona ajuste preciso e seguro. Fivelas de aço inoxidável oferecem robustez e proteção contra corrosão. Compatível com a maioria das selas, facilitando o seu uso em diferentes montarias. Tamanho único com regulagens.	UNIDADE	20	R$ 234,67
13 **(EXCLUSIVO)**	**483719** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Equipamento / Acessório Animal** Tipo: Bastão Material: Plástico Comprimento: 1,20 M Aplicação: Adestramento De Cães **Descrição Complementar:** **Pingalim de guia, chicote de guia** projetado para ser leve e equilibrado, facilitando o manuseio durante o trabalho com o cavalo. Cabo (ou empunhadura): fabricado com materiais que oferecem uma boa aderência, como borracha, couro ou outros polímeros antiderrapantes, garantindo firmeza e controle. Alma (ou corpo): O núcleo do chicote, que lhe confere flexibilidade e resistência. Feito de fibra de vidro ou materiais similares, ele é durável e capaz de suportar a flexão contínua sem quebrar, o que aumenta a vida útil do produto. Ponta (ou cordel): feita em corda ou tira de material sintético ou couro. Rosqueador central: deve possuir mecanismo de rosca que permite desmontar o chicote ao meio para ajustar seu tamanho, facilitando o transporte e o manuseio, especialmente em trabalhos de guia no chão. Alça: uma correia na extremidade do cabo que serve para facilitar o manuseio e garantir que o cavaleiro não perca o chicote.	UNIDADE	10	R$ 90,00
		Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal			

14 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Freio bridão Pelham:** bocal articulado com 120 mm, hastes fixas de 12 mm, pernas de 72 mm, alavanca de 58 mm, barbelas conjugadas ao bridão com elos duplos e arame tomback de 2,5 mm; toda a matéria-prima em aço inoxidável resistente à corrosão; do lado direito possui um gancho para regulagem da corrente. ADMITE-SE VARIAÇÃO DE 5%.	UNIDADE	20	R$ 179,00
15 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal** Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Freio barra fixa:** freio confeccionado em aço inoxidável, com bocal baixo, laterais chatas de 14 cm de comprimento e 1,3 cm de largura. Composto por barbelas e sub-barbelas já anexadas ao corpo do freio; barbelas essas entrelaçadas com arame inoxidável. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	15	R$ 179,00
16 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal** Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Bridão D de adestramento,** fabricado em aço inoxidável 304, com bocal sem articulação, com leve curvatura ao centro, hastes laterais chatas em aço inoxidável. Possuirá barbelas e sub-barbelas em correntes de elo torcido em aço inoxidável.	UNIDADE	05	R$ 95,00

17 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal** Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Bridão Chantilly Oco Médio Inox,** com 12,5 cm, 13,5 cm ou 14,5 cm de vão no bocado e espessura de 1,5 cm na parte mais grossa. Produto importado, com excelente acabamento. Composição: inox. Medidas aproximadas (cm): bocal 13,5 de comprimento e 1,5 de espessura.	UNIDADE	05	R$ 341,00
18 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal** Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Modelo: Bridão Western D.** Material: inox articulado. Salivador: em cobre. Bocal: reto. Peso: 285 gramas. Medidas: Bocal: 11,5 cm; altura: D: 8 cm.	UNIDADE	05	R$ 104,00
19 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal** Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Bridão Argola Grosso Inox**, confeccionado em aço inoxidável com bocal articulado, comprimento total de 13,5 cm, laterais em círculo (argola).	UNIDADE	05	R$ 156,67

20 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal** Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Bridão fabricado em borracha especial com bocal reto.** Argolas articuladas em inox. Proteção de borracha nas laterais. Comprimento aproximado do bocal: 12cm.	UNIDADE	05	R$ 72,00
21 **(EXCLUSIVO)**	**483713** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	**Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal** Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão **Descrição complementar:** **Bridão modelo D de inox com bocal articulado revestido de borracha.** Composição: inox e **borracha.** Medidas aproximadas (cm): bocal 14 de comprimento e 2,2 de espessura / D com 7,5 x 6.	UNIDADE	05	R$ 333,00
		Manta Material: Borracha Largura 1 M Espessura: 3 mm **Descrição complementar:** **Protetor anatômico para a região de cernelha;** - Confeccionado em gel polímero termoplástico (TPR, TPU ou similar) de alta resistência; Material flexível, maleável e com memória elástica; Transparente ou translúcido; Atóxico e hipoalergênico; Lavável e reutilizável;			

22 **(EXCLUSIVO)**	**447012** **(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)**	Resistente à deformação permanente; Não absorvente de umidade; Antiderrapante. - Estrutura e Design Formato anatômico adaptável à conformação dorsal do equino; Estrutura com células geométricas vazadas (tipo colmeia ou grade estrutural) para: Melhor distribuição de carga; Dissipação de impacto; Ventilação da área de contato; Área central com reforço estrutural; Bordas arredondadas para evitar pontos de pressão; Espessura uniforme ou com variação estratégica para absorção de impacto. - Dimensões aproximadas: (Podem ser ajustadas conforme a necessidade da unidade). Comprimento total: aproximadamente 55 a 65 cm. Largura maior (região posterior): aproximadamente 45 a 55 cm. Largura menor (região anterior): aproximadamente 30 a 40 cm. Espessura média: 8 mm a 15 mm. - Propriedades Funcionais Absorção e dissipação de impacto da sela e do peso do cavaleiro; Distribuição uniforme da pressão sobre a musculatura dorsal; Redução de pontos de compressão na região da cernelha; Auxílio na prevenção de: Assaduras; Edemas; Feridas por pressão; Atrofia muscular por compressão contínua; Estabilidade sob mantas e selas operacionais.	Unidade	60	R$ 1.013,00

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	ITEM UNIDADE DE COMPRA	PMAL	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	TOTAL
1 **(EXCLUSIVO)**	**UNIDADE**	**100**	**10%**	**50%**	**100**
2 **(EXCLUSIVO)**	**UNIDADE**	**100**	**10%**	**50%**	**100**
3 **(EXCLUSIVO)**	**UNIDADE**	**100**	**10%**	**50%**	**100**

4 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**100**	**10%**	**50%**	**100**
5 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**100**	**10%**	**50%**	**100**
6 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
7 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
8 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**20**	**10%**	**50%**	**20**
9 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
10 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**30**	**10%**	**50%**	**30**
11 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**03**	**10%**	**50%**	**03**
12 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**20**	**10%**	**50%**	**20**
13 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**10**	**10%**	**50%**	**10**
14 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**20**	**10%**	**50%**	**20**
15 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**15**	**10%**	**50%**	**15**
16	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**

(EXCLUSIVO)					
17 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
18 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
19 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
20 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
21 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**05**	**10%**	**50%**	**05**
22 (EXCLUSIVO)	**UNIDADE**	**60**	**10%**	**50%**	**60**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas na Lei.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos itens, deverão ser observados os seguintes aspectos:

4.1.1.2. Os materiais empregados na confecção dos arreios deverão priorizar o uso de couro legítimo ou material sintético de alta resistência e durabilidade, provenientes de fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis em seus processos produtivos. Sempre que possível, deverão ser utilizados insumos recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental.

4.1.1.3. Os fornecedores deverão adotar boas práticas de gestão ambiental, observando o descarte adequado dos resíduos gerados na produção, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.1.1.4. A adoção de critérios de sustentabilidade justifica-se pela natureza continuada do uso dos materiais de arreio no serviço operacional, visando à redução de reposições frequentes e ao aumento da vida útil dos equipamentos, contribuindo, assim, para o uso racional dos recursos públicos.

4.2. Subcontratação:

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Exigência de amostra:

4.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens: todos os itens (itens 1 ao 22).

4.3.3. As amostras poderão ser entregues no endereço: Diretoria de Logística da Polícia Militar de Alagoas (DLOG) - Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, S/N, Quadra 8, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, no prazo limite de 30 dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.4. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.3.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.3.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: Os materiais devem ser novos, estar lacrados, em bom estado de conservação e atender integralmente às descrições técnicas do item 1.1 deste TR.

4.3.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.3.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, em remessa única, contados do efetivo recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, enviados à empresa.

5.2. Os materiais de arreios deverão ser entregues em embalagens originais e lacradas. A contratada será responsável por garantir que estes sejam armazenados e transportados sob condições adequadas, conforme as especificações dos fabricantes.

5.3. A entrega dos bens deverá ser no seguinte endereço:

Diretoria de Logística da Polícia Militar de Alagoas (DLOG), Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, S/N - Quadra 8 - Tabuleiro do Martins, CEP: 57081-000 - Maceió–AL.

Horário de recebimento: de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h, exceto feriados.

No momento da entrega, os produtos serão submetidos à conferência técnica e documental, devendo ser verificadas as seguintes condições:

1. Integridade das embalagens;
2. Correspondência entre o lote dos materiais e os documentos fiscais;
3. Validade mínima exigida de 12 (doze) meses a partir da data de recebimento.

5.4. Caso algum item não esteja conforme as especificações acima, será recusado no ato da entrega, e a empresa terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para providenciar a substituição, sem ônus para a Administração.

5.5. Em caso de necessidade justificada de prorrogação do prazo de entrega, a empresa deverá comunicar à Administração com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para avaliação da solicitação, salvo em situações de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

5.6. O descumprimento dos prazos de entrega poderá resultar em aplicação de penalidades previstas no contrato, incluindo multas e outras sanções administrativas cabíveis, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

5.7. A entrega deverá ser realizada de acordo com todas as condições estabelecidas, garantindo a eficiência e a segurança dos policiais militares e equinos do Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I, conforme as exigências legais e contratuais.

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Fiscalização:

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. Fiscalização Técnica:

6.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.6. O fiscal técnico do contrato deve comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. Fiscalização Administrativa:

6.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. Gestor do Contrato:

6.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do objeto:

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. O prazo de validade;

7.2.2.2. A data da emissão;

7.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;

7.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5. O valor a pagar; e

7.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

7.4. Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.4.1.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O Contratado, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Atentar-se à exigência de amostra presente no tópico 4.3. deste TR.

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira**:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.5. Sociedade simples**:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

8.2.1.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009.

8.2.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.2.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira:

8.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.2.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.2.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.2.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.2.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.3.3.4. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.2.3.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.2.3.3.6. A empresa que apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação.

8.2.4. Qualificação Técnica:

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.2.4.1.1.1. Características: comprovação de aptidão em fornecimento de materiais e equipamentos destinados ao trato, manejo, adestramento ou doma de equinos, compatíveis com o objeto da licitação;

8.2.4.1.1.2. Quantidades: no mínimo, 50% (por cento) da quantidade do objeto licitado.

8.2.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.2.4.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço estimado total da contratação é de **R$ 113.942,35** (cento e treze mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), conforme tabela abaixo.

Nº Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Rasquiadeira de alumínio	100	R$ 46,45	R$ 4.645,00
2	Escova ferro de ranilha	100	R$ 50,00	R$ 5.000,00
3	Rasquiadeira de borracha	100	R$ 37,19	R$ 3.719,00
4	Escovão duro	100	R$ 21,63	R$ 2.163,00
5	Escovão mole	100	R$ 21,63	R$ 2.163,00
6	Tesoura de crina	05	R$ 349,75	R$ 1.748,75
7	Tosquiadeira elétrica	05	R$ 2.200,00	R$ 11.000,00
8	Pente de cola	20	R$ 79,00	R$ 1.580,00
9	Cabeçada de Adestramento	05	R$ 311,67	R$ 1.558,35
10	Protetores de borracha para freios	30	R$ 14,95	R$ 448,50
11	Rédea Neco	03	R$ 590,00	R$ 1.770,00
12	Rédea fixa lateral	20	R$ 234,67	R$ 4.693,40
13	Pingalim de guia	10	R$ 90,00	R$ 900,00
14	Freio bridão pelham	20	R$ 179,00	R$ 3.580,00
15	Freio barra fixa	15	R$ 179,00	R$ 2.685,00
16	Bridão de adestramento	05	R$ 95,00	R$ 475,00
17	Bridão chantilly oco médio	05	R$ 341,00	R$ 1.705,00
18	Bridão western D	05	R$ 104,00	R$ 520,00
19	Bridão argola grosso	10	R$ 156,67	R$ 783,35
20	Bridão de borracha	05	R$ 72,00	R$ 360,00
21	Bridão D articulado de borracha	05	R$ 333,00	R$ 1.665,00
22	Protetor de cernelha em gel	60	R$ 1.013,00	R$ 60.780,00
Total				**R$ 113.942,35**

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Em caso de reajuste sobre os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Em caso de repactuação, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação por registro de preço, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.

11. DA RESPONSABILIDADE PELO TR

11.1. Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: (82)99626-1175

EDVALDO HENRIQUE DOS SANTOS BASILIO

Subgestor Contratual

Assinou eletronicamente em 31/08/2026 às 11:56:52.

EAL - POLICIA MILITAR DE ALAGOAS

Estudo Técnico Preliminar 53/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: E:01206.0000001482/2026

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de materiais de doma, adestramento e trato.

ORGÃO/ENTIDADE	REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA DOM PEDRO I (PMAL)
AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL	DIEGO HENRIQUE BEZERRA VIEIRA.
EMAILS	RPMON@PM.AL.GOV.BR
TELEFONES	(82) 99318-6601

2.2. O objeto da presente contratação encontra-se devidamente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme registrado nas informações básicas deste Termo de Referência, atendendo ao planejamento institucional e às diretrizes da Administração Pública quanto à racionalização e previsibilidade das aquisições.

2.3. A aquisição de materiais destinados ao adestramento, à doma e ao trato dos equinos configura-se como necessidade estratégica e permanente para o Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I, unidade especializada da Polícia Militar de Alagoas responsável pela execução do policiamento ostensivo montado, bem como pelo emprego de equinos em operações de controle de distúrbios civis, patrulhamento urbano e rural, escoltas, eventos de grande vulto, atividades institucionais e ações de treinamento operacional.

2.4. O adequado preparo dos equinos policiais depende diretamente da utilização contínua de materiais específicos e apropriados para as fases de doma racional, condicionamento físico, adestramento técnico e manutenção do bem-estar animal. Esses materiais são indispensáveis para garantir que os solípedes apresentem comportamento previsível, equilíbrio emocional, obediência aos comandos e resistência física compatíveis com as exigências operacionais impostas às atividades policiais, sobretudo em ambientes urbanos, com grande circulação de pessoas, veículos, ruídos e situações de estresse.

2.5. Os materiais de adestramento, doma e trato são empregados de forma intensiva nas rotinas diárias do Regimento, abrangendo equipamentos de condução, controle, proteção, manejo e treinamento dos equinos, bem como itens voltados à higiene, conforto e segurança animal. A ausência, insuficiência ou inadequação desses materiais compromete diretamente a qualidade do treinamento, eleva o risco de acidentes envolvendo policiais, equinos e terceiros, e pode ocasionar prejuízos à integridade física dos animais, além de impactar negativamente a eficiência do policiamento montado.

2.6. Atualmente, o Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I é responsável pela gestão e manutenção de aproximadamente 90 equinos, sendo 12 deles empregados no Pelotão Montado do 3º BPM, sediado no município de Arapiraca. Considerando o efetivo de animais, a diversidade de atividades desempenhadas e o desgaste natural dos materiais em razão do uso contínuo, torna-se imprescindível a reposição e a aquisição de novos itens que atendam aos padrões técnicos e operacionais exigidos para o serviço policial montado.

2.7. Ressalta-se que o emprego de materiais adequados e de qualidade contribui para a padronização dos métodos de treinamento, melhora o desempenho operacional dos conjuntos cavalo-policial, reduz o tempo de adaptação dos animais às atividades policiais e promove melhores condições de trabalho aos militares envolvidos diretamente nas atividades de adestramento e manejo. Ademais, o uso correto desses materiais favorece práticas alinhadas ao bem-estar animal, em consonância com princípios técnicos, veterinários e zootécnicos aplicáveis à atividade.

2.8. A aquisição dos materiais por meio do Sistema de Registro de Preços visa assegurar a disponibilidade contínua dos insumos necessários ao pleno funcionamento das atividades de adestramento, doma e trato, permitindo retiradas parceladas e sob demanda, evitando o desabastecimento, estoques excessivos ou a deterioração precoce dos materiais de coudelaria no almoxarifado.

2.9. Diante do exposto, a contratação justifica-se pela necessidade de dotar o Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I de materiais essenciais para a adequada formação, manutenção e preparo dos equinos empregados no policiamento ostensivo montado, assegurando a continuidade das atividades operacionais, a preservação do patrimônio público representado pelos animais, a segurança dos militares e da população, bem como a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Polícia Militar do Estado de Alagoas	Paulo Amorim Feitosa Filho
Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I	Diego Henrique Bezerra Vieira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Normativos Aplicáveis ao Objeto

4.1.2 Qualificação Técnica

Para assegurar que a execução contratual ocorra em conformidade com os padrões exigidos pela Administração Pública e que o fornecimento dos materiais de doma, adestramento e trato atenda plenamente às necessidades operacionais da Polícia Militar de Alagoas, será exigida dos licitantes a apresentação de documentação comprobatória de sua capacidade técnica para fornecer produtos compatíveis com a finalidade a que se destinam.

A qualificação técnica poderá ser comprovada por meio de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de materiais de natureza e complexidade similares aos objetos licitados, atestando que os produtos fornecidos atenderam adequadamente às especificações contratuais;
- Catálogo(s) técnico(s) ou manual(is) dos produtos ofertados, com imagens, composição dos materiais, dimensões e demais características técnicas que permitam a adequada avaliação pela Administração quanto à compatibilidade com as especificações previstas no Termo de Referência;
- Quando aplicável, certificados de qualidade emitidos por entidades reconhecidas nacional ou internacionalmente, ou selo de conformidade técnica expedido por órgão competente;
- Declaração do fabricante (em caso de revendedores) quanto à representação e autorização para comercialização dos produtos ofertados, assegurando autenticidade e procedência dos itens.

A exigência de qualificação técnica busca garantir o cumprimento dos princípios da segurança, durabilidade e eficiência, assegurando que os materiais a serem adquiridos apresentem padrões mínimos de resistência exigidos para sua aplicação nas atividades de doma e trato dos solípedes deste Regimento.

Tal medida também visa mitigar riscos relacionados ao fornecimento de produtos inadequados, incompatíveis ou de baixa durabilidade, que poderiam comprometer a eficácia das atividades da unidade.

4.2. Atendimento anterior da necessidade:

Para atendimento de necessidade anterior equivalente, ou sua série histórica, foi realizada a aquisição de materiais de arreamento conforme processo nº E: 01206.0000020609/2022, não tendo sido identificada a ocorrência de inconsistências nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato.

4.3. Objetos da aquisição:

TEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	296945 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Rasqueadeira, Material: Aço Inoxidável Tipo: Desmontável Aplicação: Escovação E Separação Pêlos Mortos Características Adicionais: 2 Tamanhos De Dentes. Descrição complementar: Descrição complementar: RASQUEADEIRA METAL Material Alumínio, com 2 Tamanhos De Dentes, dimensões conforme o fabricante, devendo ser de aproximadamente 10 cm de largura e 16 de comprimento, acabamento para permitir a limpeza e retirada de excesso de pelos do solípede de forma eficiente e sem agressão. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	100

2	452372	Escova Animal Material Base: Plástico Material Cerdas: Nylon Características Adicionais: Com Limpador De Casco Animal Em Ferro Descrição Complementar: Características Adicionais: Com limpador de casco animal em ferro, ferro de ranilha - limpador de casco e ranilha. Material plástico injetável. Tamanho padrão.	UNIDADE	100
3	296945 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Rasqueadeira Material: Aço Inoxidável Tipo: Desmontável Aplicação: Escovação E Separação Pêlos Mortos Características Adicionais: 2 Tamanhos De Dentes Descrição complementar: Rasqueadeira de borracha, Rasqueadeira Material: Aço Inoxidável Aplicação: Escovação E Separação Pelos Mortos Tipo: Desmontável Características Adicionais: 2 Tamanhos De Dentes Descrição complementar: RASQUEADEIRA DE BORRACHA Material borracha, características com encaixe anatômico para a mão, dimensões de acordo com o fabricante, devendo ser de aproximadamente 10 cm de largura e 16 de comprimento, acabamento para permitir a limpeza e retirada de excesso de pelos do solípede de forma eficiente e sem agressão. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	100
4	618742	Escova Animal Material Base: Madeira Material Cerdas: Nylon Características Adicionais: Medidas Aproximadas 25 X 8 (Cxl); cerdas duras. Descrição Complementar Escovão duro, escova de limpeza geral. Material do corpo: madeira. Material das cerdas: nylon. Comprimento: 7 CM. Características Adicionais: Com Suporte Descrição complementar: ESCOVÃO Descrição com fios de náilon fixados em peça de madeira com 25 cm de comprimento x 6cm de largura x 3 cm de espessura, aplicação para limpeza de equinos em geral. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	100
5	618742	Escova Animal Material Base: Madeira Material Cerdas: Nylon Características Adicionais: Medidas Aproximadas 25 X 8 (Cxl); cerdas duras. Descrição Complementar Escovão mole, escova de limpeza geral. Material do corpo: madeira. Material das cerdas: nylon. Comprimento: 7 CM. Características Adicionais: Com Suporte Descrição complementar: ESCOVÃO Descrição com fios de náilon fixados em peça de madeira com 25 cm de comprimento	UNIDADE	100

		x 6cm de largura x 3 cm de espessura, aplicação para limpeza de equinos em geral. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.		
6	468655	Tesoura Material: Zinco Cromado Aplicação: Tosar Crina E Calda De Equinos Tamanho: 10 POL Descrição Complementar Tesoura de crina, tesoura para cortar crina e calda e equinos possuindo lâminas metálicas lisas fabricadas em aço carbono especial de alta qualidade e cabo ergonômico de alta resistência com acabamento envernizado, sendo as dimensões: tamanho 10 polegadas (aprox. 25 cm).	UNIDADE	05
7	635044 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Equipamento / Acessório Animal Tipo: Tosquiadeira Material: Metal/Plástico Voltagem: 220 V Aplicação: Ovinos Características Adicionais: Com Escova e Pentes Descrição Complementar Tosquiadeira elétrica, Máquina de Tosquiar Equinos 220V — A Máquina de Tosquiar Cavalos 220 V, deve ser capaz de cortar qualquer tipo de pelo. Robusta, tem motor resfriado a ar e requer pouca lubrificação. Carcaça resistente com textura antiderrapante para maior firmeza na pega. Velocidade variável, por interruptor acoplado ao corpo da máquina, para redução de ruído em caso de animais ariscos e para redução de aquecimento.	UNIDADE	05
8	359390 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Pente De Cabelo Material: Madeira Modelo: Com Dentes Tamanho: Grande Tipo Dentes: Largos Próximos Descrição complementar: Pente de cola, pente para crina fabricado em aço inoxidável, livre de ferrugens. Produto de alta durabilidade e fino acabamento. Total de dentes: 21 Comprimento da alça: 17cm Comprimento do pente: 15,5cm Largura/altura do pente: 04cm	UNIDADE	20
		Equipamento / Acessório Animal Tipo: Cabeçada Para Equinos Material: Couro Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição Complementar: Finalidade: Equipamento destinado à doma racional, adestramento inicial, condução e manejo em solo de equinos, permitindo controle sem uso de embocadura metálica, com atuação por pressão controlada em pontos anatômicos da cabeça, assegurando bem-estar animal, segurança e eficiência operacional.		

9	444825 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Funcionalidade mínima: Uso sem embocadura metálica; possibilidade de utilização como cabeçada de condução, auxiliar de treinamento; controle direcional lateral e longitudinal; compatível com práticas de doma racional e bem-estar animal. Sistema de atuação: Atuação por pressão controlada em pontos anatômicos da cabeça do equino, promovendo respostas claras aos comandos, sem causar dor, ferimentos ou estresse excessivo. Estrutura construtiva: Faixa nasal dupla ajustável; estrutura flexível; mínimo de 03 anéis de fixação (01 ao centro na parte inferior da mandibula e 02 laterais); pontos de fixação reforçados para acoplamento de guia. Material: Material sintético de alta resistência à tração, flexível, atóxico, não abrasivo e adequado para uso contínuo em ambiente externo. Acabamento: Superfície lisa, sem rebarbas, arestas cortantes ou elementos que possam causar lesões ao equino ou ao operador. Ajuste anatômico: Regulagens com fivelas compatíveis com diferentes portes e conformações de equinos adultos, garantindo ajuste firme, estável e confortável, sem restrição excessiva de movimentos. Dimensão – faixa nasal (mín.): ≥ 65 cm (tolerância ± 5%) Dimensão – faixa nasal (máx.): ≤ 90 cm (tolerância ± 5%) Dimensão – circunferência da cabeça (mín.): ≤ 90 cm (tolerância ± 5%) Dimensão – circunferência da cabeça (mín.): ≥ 95 cm (tolerância ± 5%) Dimensão – circunferência da cabeça (máx.): ≤ 125 cm (tolerância ± 5%) Dimensão – bochecha (anel ao ajuste): ≥ 22 cm (tolerância ± 5%) Segurança: Não causar ferimentos visíveis; não restringir excessivamente os movimentos naturais; distribuição equilibrada da pressão; estabilidade durante o uso. Higienização: Permitir limpeza com água e sabão neutro, sem perda de funcionalidade ou integridade do material. Critérios mínimos de aceitabilidade: Atendimento integral às funcionalidades mínimas; conformidade dimensional dentro das tolerâncias; material resistente e acabamento adequado; presença dos anéis e sistemas de ajuste previstos.	UNIDADE	05
10	268947 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Protetor Emborrachado Formato: Cilíndrico Diâmetro: 1 CM Tipo Fixação: Parafuso Auto-Atarrachante Descrição complementar: Protetores de borracha para freios e bridões em silicone injetado, produzido em borracha siliconada e super flexível. Para ser usada nas laterais de freios e bridões para proteger a boca do animal	UNIDADE	30
11	222403	Arreio Animal Material Couro Tipo: De Cabeça Com Almofada Componentes: Loro/Látego/Contra-Látego/Barrigueira e Estribo Aplicação: Equinos	UNIDADE	03

	(ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Descrição complementar: Rédea modelo Neco/Pessoa. Usada para trabalhar o cavalo à guia, esta rédea desenvolvida por Nelson Pessoa auxilia no posicionamento do corpo do cavalo durante o trabalho. Deve ser usada ao trote até que os músculos do animal se fortaleçam. Foi inspirada nos arreamentos dos animais de tração. É composta de cordões, mosquetões e um amparo de borracha revestida.		
12	444843	Equipamento / Acessório Animal Tipo: Rédea Equino Material: Couro Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição Complementar: Rédea Fixa. Feita em couro de 35 linhas selecionado e tingido. Elástico duplo importado. Fivelas e argolas de latão fundido e resistente. Próprias para o trabalho em guia. Efeito: agem sobre a musculatura do pescoço, fazendo com que o cavalo trabalhe encaixado. Atuam também no engajamento dos posteriores. Usada com o cilhão de trabalho, cilhão de volteio ou barrigueira. Fabricada com couro legítimo de alta qualidade, garantindo durabilidade e resistência. Design ergonômico que proporciona ajuste preciso e seguro. Fivelas de aço inoxidável oferecem robustez e proteção contra corrosão. Compatível com a maioria das selas, facilitando o seu uso em diferentes montarias. Tamanho único com regulagens.	Unidade	20
13	483719 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Equipamento / Acessório Animal Tipo: Bastão Material: Plástico Comprimento: 1,20 M Aplicação: Adestramento De Cães Descrição Complementar: Pingalim de guia, chicote de guia projetado para ser leve e equilibrado, facilitando o manuseio durante o trabalho com o cavalo. Cabo (ou empunhadura): fabricada com materiais que oferecem uma boa aderência, como borracha, couro ou outros polímeros antiderrapantes, garantindo firmeza e controle. Alma (ou corpo): O núcleo do chicote, que lhe confere flexibilidade e resistência. Feito de fibra de vidro ou materiais similares, ele é durável e capaz de suportar a flexão contínua sem quebrar, o que aumenta a vida útil do produto. Ponta (ou cordel): feito em corda ou tira de material sintético ou couro. Rosqueador central: deve possuir mecanismo de rosca que permite desmontar o chicote ao meio para ajustar seu tamanho, facilitando o transporte e o manuseio, especialmente em trabalhos de guia no chão. Alça: Uma correia na extremidade do cabo que serve para facilitar o manuseio e garantir que o cavaleiro não perca o chicote.	UNIDADE	10
		Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM		

14	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição complementar: Freio bridão pelham: Bocal articulado com 120mm, hastes fixas de 12mm, pernas de 72mm, alavanca de 58mm, barbelas conjugadas ao bridão com elos duplos e arame tomback de 2,5mm; toda a matéria-prima em aço inoxidável resistente à corrosão; do lado direito possui um gancho para regulagem da corrente. ADMITE-SE VARIAÇÃO DE 5%	UNIDADE	20
15	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição complementar: Freio barra fixa: Freio confeccionado em aço inoxidável, com bocal baixo, laterais chatas de 14 cm de comprimento e 1,3 cm de largura. Composto por barbelas e sub-barbelas já anexadas ao corpo do freio; barbelas essas entrelaçadas com arame inoxidável. Permite-se variação de até 5% nas medidas apresentadas.	UNIDADE	15
16	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição complementar: Bridão D de adestramento, fabricado em aço inoxidável 304, com bocal sem articulação, com leve curvatura ao centro, hastes laterais chatas em aço inoxidável. Possuirá barbelas e sub-barbelas em correntes de elo torcido em aço inoxidável.	UNIDADE	05
17	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição complementar: Bridão Chantilly Oco Médio Inox, com 12,5 cm ou 13,5 cm, ou 14,5cm de vão no bocado e espessura de 1,5 cm na parte mais grossa. Produto importado, com excelente acabamento.	UNIDADE	05

		Composição: Inox. Medidas aproximadas (cm): bocal 13,5 de comprimento e 1,5 de espessura.		
18	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição complementar: Modelo: Bridão Western D Material: Inox articulado. Salivador: Em cobre.Bocal: Reto. Peso: 285 gramas. Medidas: Bocal: 11,5 cm Altura D: 8 cm	UNIDADE	05
19	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição complementar: Bridão Argola Grosso Inox, confeccionado em aço inoxidável com bocal articulado, comprimento total de 13,5 cm, laterais em circulo (argola).	UNIDADE	05
20	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Descrição complementar: Bridão fabricado em borracha especial com bocal reto. Argolas articuladas em inox Proteção de borracha nas laterais. Comprimento aproximado do bocal: 12cm	UNIDADE	05
21	483713 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Freio embocadura, Equipamento / Acessório Animal Material: Aço Inox Aplicação: Equinos Comprimento: 16 CM Tipo: Freio Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão	UNIDADE	05

		Descrição complementar: Bridão modelo D de inox com bocal articulado revestido de borracha. Composição: Inox e borracha. Medidas aproximadas (cm): bocal 14 de comprimento e 2,2 de espessura / D com 7,5 x 6		
22	447012 (ESTE CÓDIGO É GENÉRICO)	Manta Material Borracha Largura 1 M Espessura 3 mm Descrição complementar: Protetor anatômico para a região de cernelha; - Confeccionado em gel polímero termoplástico (TPR, TPU ou similar) de alta resistência; Material flexível, maleável e com memória elástica; Transparente ou translúcido; Atóxico e hipoalergênico; Lavável e reutilizável; Resistente à deformação permanente; Não absorvente de umidade; Antiderrapante. - Estrutura e Design Formato anatômico adaptável à conformação dorsal do equino; Estrutura com células geométricas vazadas (tipo colmeia ou grade estrutural) para: Melhor distribuição de carga; Dissipação de impacto; Ventilação da área de contato; Área central com reforço estrutural; Bordas arredondadas para evitar pontos de pressão; Espessura uniforme ou com variação estratégica para absorção de impacto. - Dimensões Aproximadas (Podem ser ajustadas conforme a necessidade da Unidade) Comprimento total: aproximadamente 55 a 65 cm Largura maior (região posterior): aproximadamente 45 a 55 cm Largura menor (região anterior): aproximadamente 30 a 40 cm Espessura média: 8 mm a 15 mm - Propriedades Funcionais Absorção e dissipação de impacto da sela e do peso do cavaleiro; Distribuição uniforme da pressão sobre a musculatura dorsal; Redução de pontos de compressão na região da cernelha; Auxílio na prevenção de: Assaduras; Edemas; Feridas por pressão; Atrofia muscular por compressão contínua; Estabilidade sob mantas e selas operacionais.	Unidade	60

ATESTO que foram indicadas, tão somente, as condições mínimas necessárias à habilitação e qualificação técnica para a execução do objeto, inexistindo exigências impertinentes ou irrelevantes, que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame, nos moldes do artigo 9º e dos artigos 66-69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. Indicação de marcas ou modelos.

As especificações do objeto estão em plena conformidade com as normas aplicáveis, sem necessidade de ajustes quanto à indicação de marcas ou modelos. Não foi identificada a necessidade de inclusão ou exclusão de referências a marcas ou modelos específicos, considerando que as exigências formuladas estão alinhadas com os requisitos técnicos, funcionais e de qualidade que se esperam do objeto.

Ressaltamos que, em conformidade com o artigo 41, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a indicação de determinada marca ou modelo somente se justificaria caso houvesse a necessidade técnica comprovada de garantir a padronização, compatibilidade, desempenho ou outra característica essencial que não pudesse ser atendida por produtos de outras marcas. No entanto, no presente caso, tal necessidade não se configura, sendo possível atender aos requisitos técnicos exigidos sem a especificação de marcas ou modelos.

4.6. Comprovação da qualidade.

Salientamos que foram revisadas as especificações técnicas do objeto a fim de verificar a necessidade de inserção ou supressão da exigência de certificação. Após análise minuciosa, concluímos que as informações contidas nas especificações estão em conformidade com os padrões e exigências legais aplicáveis ao objeto em questão.

4.7. Justificativa da descrição ou unidade de medida complementar.

Considerando a insuficiência da Descrição ou Unidade de Medida do código CATMAT utilizado, há necessidade da exigência das seguintes especificações técnicas complementares, constantes no item 4.4, compatíveis com a Descrição ou Unidade de Medida do código CATMAT utilizado, não apresentam divergência ou dissociação.

4.8. Natureza do objeto

O objeto da contratação é comum, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4.9. Prazo de vigência

A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.10. Amostra

Serão exigidas amostras de todos os itens deste ETP.

- As amostras poderão ser entregues no endereço: Diretoria de Logística da Polícia Militar de Alagoas (DLOG), Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, S/N - Quadra 8 - Tabuleiro do Martins, CEP: 57081-000 - Maceió–AL. Horário de recebimento: de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h, exceto feriados.
- No prazo limite de 30 dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- As amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 dias.
- Informamos que, para fins de análise e julgamento das propostas, serão aceitos apenas os produtos que atendam aos requisitos técnicos e padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos no item 4.3. deste Estudo Técnico Preliminar (ETP). Tais requisitos foram definidos com base nas necessidades específicas do Regimento e visam garantir a eficiência, a compatibilidade e a qualidade dos materiais ou serviços a serem adquiridos.
- A Comissão avaliadora das amostras será composta pelos seguintes servidores:
    - 1º Ten QOEM EDVALDO HENRIQUE DOS SANTOS BASILIO
    - 2º Ten QOE ANTONIO DOS SANTOS BARBOSA

4.11. Qualificação econômico-financeira

A empresa que apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.12. Capacidade técnica-operacional

De acordo com a especificidade necessária à experiência anterior da contratada, identificam-se os seguintes critérios e parâmetros objetivos para a definição do que sejam características, quantidades compatíveis com o objeto da contratação:

- Características: fornecimento de materiais e equipamentos destinados ao trato, manejo, adestramento ou ferradoria de equinos, compatíveis com o objeto da licitação.

- Quantidades: no mínimo, até 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado.

5. Levantamento de Mercado

Com base em levantamento de mercado e tendo em vista a análise das possíveis soluções nele existentes e que atendem aos requisitos especificados nessa Intenção de Registro de preços;

Tendo em vista, a análise de diferentes fontes e conforme a apreciação das aquisições similares feitas por outros órgãos e entidades, na esfera estadual e na esfera federal;

Foi considerada a existência de histórico favorável para a realização do certame nos moldes propostos, conforme evidenciado pelos editais anexados aos autos, que demonstram a eficácia e a adequação desta escolha em situações semelhantes anteriores.

Em consonância com o exposto, considerando a série histórica existente do objeto da contratação previamente realizada pela administração pública:

Foram realizadas pesquisas virtuais em contratações similares feitas por outros órgãos e entidades para a aquisição solicitada. Isto posto, comprovou-se que há fornecedores regionais e nacionais para os tipos do bem demandado, concluindo-se que não existem restrições legais quanto à oferta dos objetos deste estudo. Para estimar o custo de aquisição dos materiais, foram realizadas pesquisas e consultas em fontes oficiais, como:

- Pesquisa via Painel de Preços do Governo Federal: utilizando a plataforma digital de Painel de Preços, em que foi possível filtrar os preços praticados especificamente nos estados do Nordeste.
- Pesquisa via Sistema de Pesquisa de Preços da plataforma de compras do Governo Federal: pesquisa de mercado com fornecedores regionais e nacionais para obter uma estimativa média mais precisa dos preços.

O mercado regional e nacional possui diversos fornecedores que atendem às necessidades da presente contratação, visto que diversos equipamentos da mesma natureza já foram adquiridos por órgãos do estado de Alagoas e de outros entes federais, com possibilidade de fornecimento por empresas e marcas nacionais e importadas.

6. Descrição da solução como um todo

Nº da Solução	Nome da Solução	Apresentação da Solução
1	Compra de bens de consumo, produtos utilizados imediatamente na satisfação das necessidades administrativas dos órgãos participantes do futuro registro de preços.	Aquisição remunerada de bens, por meio de contratos anuais firmados com empresas licitantes que apresentarem a melhor proposta.

6.1. Análise da solução

6.1.1. A escolha de realizar um certame licitatório por meio do pregão eletrônico, utilizando o critério de menor preço por item para a formação de Ata de Registro de Preços (ARP), conforme o Decreto Estadual n.º 95.019/2023, mostra-se como solução estratégica e eficiente, pelas razões a seguir expostas:

6.1.2. Inciso I: quando as características do bem ou serviço determinarem a necessidade de contratações frequentes; e Inciso V: quando não for possível determinar, previamente, o quantitativo exato do objeto a ser demandado pela Administração.

6.1.3. Aplicação no objeto (Arreamento e Coudelaria): as atividades de adestramento, doma, manejo e trato diário do plantel equino do Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I são de caráter contínuo, ininterrupto e essenciais para o policiamento ostensivo. Os materiais e equipamentos sofrem desgaste regular e a necessidade de reposição varia conforme a flutuação do plantel e o nascimento de novos animais, impossibilitando a definição exata do quantitativo anual. A PMAL não precisa receber o estoque inteiro de uma vez; é muito mais vantajoso convocar o fornecedor registrado para entregar os itens de forma parcelada, sob demanda e conforme a necessidade logística real.

6.2. Motivação para o afastamento da publicidade da IRP (Intenção de Registro de Preços).

6.2.1. Deixa-se de realizar a Intenção de Registro de Preços (IRP), nos termos da legislação vigente, haja vista manifesta inviabilidade técnica de compartilhamento do objeto. A contratação visa atender às especificidades operacionais, técnicas e institucionais exclusivas do manejo e da coudelaria do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar de Alagoas (PMAL). Desse modo, por se tratar de demanda que não possui utilidade ou aplicação prática para outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, a abertura de prazo para a IRP violaria os princípios da eficiência e da celeridade processual, configurando ato administrativo desnecessário.

6.3. A contratação destina-se à aquisição de materiais de arreamento, coudelaria e insumos correlatos, a serem utilizados pelo Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I na manutenção, adestramento, doma e emprego do plantel equino em policiamento ostensivo montado, solenidades e demais atividades institucionais que demandem a devida estrutura operacional da tropa.

6.4. O SRP mostra-se adequado por permitir aquisições conforme a demanda, de forma gradual, possibilitando melhor gestão dos recursos públicos, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de materiais em estoque, eliminando despesas com armazenamento e riscos de deterioração precoce de insumos. Adicionalmente, o modelo proporciona economicidade, transparência e racionalização administrativa ao concentrar em um único procedimento

licitatório, pelo critério de menor preço por item, a formação de preços e a ampla seleção de fornecedores competitivos no mercado especializado, reduzindo custos operacionais e aumentando a eficiência. Dessa forma, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços nos termos do art. 3º, incisos I e V, do Decreto Estadual n.º 95.019/2023, como a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração.

ATESTO que, dentre as alternativas possíveis identificadas no mercado, a solução proposta é a que melhor atende ao interesse público, do ponto de vista técnico e econômico, conforme estudo circunstanciado realizado nos moldes do art. 7º, inciso III, do Decreto Estadual nº 90.381/2023.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Nº Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	Rasquiadeira de alumínio.	Unidade.	100
2	Escova ferro de ranilha.	Unidade.	100
3	Rasquiadeira de borracha.	Unidade.	100
4	Escovão duro.	Unidade.	100
5	Escovão mole.	Unidade.	100
6	Tesoura de crina.	Unidade.	05
7	Tosquiadeira elétrica.	Unidade.	05
8	Pente de cola.	Unidade.	20
9	Cabeçada de adestramento.	Unidade.	05
10	Protetores de borracha para freios.	Unidade	30
11	Rédea Neco	Unidade.	03
12	Rédeas fixa lateral	Unidade	20
13	Pingalim de guia.	Unidade	10
14	Freio barra fixa.	Unidade.	15
15	Freio bridão pelham.	Unidade.	20
16	Bridão de adestramento.	Unidade	05
17	Bridão chantilly oco médio.	Unidade.	05

18	Bridão western D	Unidade.	05
19	Bridão argola grosso.	Unidade.	10
20	Bridão de borracha.	Unidade.	05
21	Bridão D articulado de borracha.	Unidade.	05
22	Protetor de cernelha em gel.	Unidade.	60

7.1. Critério de Dimensionamento e Memória de Cálculo Os quantitativos foram estimados com base nas necessidades operacionais e logísticas do Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I, considerando o princípio da eficiência, a série histórica de consumo da unidade e, primordialmente, o tamanho do plantel atualizado do Regimento, que conta com aproximadamente 90 equinos (incluindo o Pelotão Montado de Arapiraca).

A memória de cálculo considerou os seguintes parâmetros técnicos de distribuição e desgaste:

- **Materiais de Higiene e Trato Diário (Itens 1 a 5):** Os quantitativos de rasquiadeiras de alumínio (100 und), escovas com ferro de ranilha (100 und), rasquiadeiras de borracha (100 und) e escovões duros/moles (100 und cada) foram calculados para suprir individualmente o plantel de 90 animais, acrescido de uma margem de reserva técnica de cerca de 10% para substituição imediata ao longo do ano decorrente do forte desgaste abrasivo natural e rotina intensa de lavagem e manutenção sanitária das baias e cocheiras.

- **Equipamentos de Adestramento, Doma e Manejo (Itens 9, 11 a 13, 22):** Dimensionados com base no fluxo de animais em estágio ativo de doma racional e treinamento físico. O protetor de cernelha em gel (60 und), por exemplo, atende à rotina de alternância de montarias diárias em serviço ostensivo e instruções, garantindo a proteção contra lesões dorsais na maior parte da tropa ativa. Itens menores como as cabeçadas de adestramento (05 und) e rédeas Neco (03 und) atendem especificamente à equipe de domadores e adestradores em pista simultânea.

- **Ferramentas e Embocaduras de Reposição (Itens 6 a 8, 10, 14 a 21):** As tesouras de crina (05 und) e tosquiadeiras elétricas (05 und) suprem as equipes especializadas do regimento e pelotão montado. Os variados modelos de freios e bridões (5 a 20 unidades por tipo) justificam-se pela necessidade de adequação anatômica individual e correção da embocadura de cada cavalo do plantel, variando conforme a resposta ao comando do animal, idade e estágio de adestramento técnico para o policiamento de choque ou patrulha ordinária.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 116.915,00

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada conforme os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando-se, preferencialmente, o levantamento de preços praticados no mercado, conforme as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Foram consideradas, para fins de estimativa, as cotações obtidas junto a fornecedores especializados no ramo de ferradoria, bem como pesquisas realizadas em sítios eletrônicos de compras públicas, como o Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), o Painel de Preços do Governo Federal, sistemas estaduais.

As referências de preço obtidas foram confrontadas com os valores de mercado atualizados, buscando garantir razoabilidade, economicidade e aderência ao princípio da eficiência administrativa. Os valores médios encontrados foram organizados em planilha, considerando a descrição técnica de cada item, as quantidades estimadas com base nas necessidades operacionais da unidade e o custo unitário correspondente.

Ressalta-se que a presente estimativa não representa um compromisso de aquisição integral dos quantitativos informados, sobretudo por se tratar de uma contratação a ser realizada preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços, o que permite contratações futuras conforme a demanda real, durante a vigência da ata.

A elaboração da estimativa do valor da contratação é fundamental para a devida instrução do processo, possibilitando à Administração aferir a viabilidade econômico-financeira da contratação pretendida e garantir a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, atendendo aos princípios da administração pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nº Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Rasquiadeira de alumínio.	100	R$ 34,50	R$ 3.450,00
2	Escova ferro de ranilha.	100	R$ 72,00	R$ 7.200,00
3	Rasquiadeira de borracha.	100	R$ 39,00	R$ 3.900,00
4	Escovão duro.	100	R$ 43,20	R$ 4.320,00

5	Escovão mole.	100	R$ 43,20	R$ 4.320,00
6	Tesoura de crina.	05	R$ 138,00	R$ 690,00
7	Tosquiadeira elétrica.	05	R$ 850,00	R$ 4.250,00
8	Pente de cola.	20	R$ 60,00	R$ 1.200,00
9	Cabeçada de Adestramento.	05	R$ 462,00	R$ 2.310,00
10	Protetores de borracha para freios.	30	R$ 26,10	R$ 783,00
11	Rédea Neco.	03	R$ 954,00	R$ 2.862,00
12	Rédea fixa lateral.	20	R$ 360,00	R$ 7.200,00
13	Pingalim de guia.	10	R$ 102,00	R$ 1.020,00
14	Freio barra fixa.	15	R$ 434,00	R$ 6.510,00
15	Freio bridão Pelham.	20	R$ 434,00	R$ 8.680,00
16	Bridão de adestramento.	05	R$ 542,00	R$ 2.710,00
17	Bridão chantilly oco médio.	05	R$ 323,00	R$ 1.615,00
18	Bridão western D	05	R$ 153,00	R$ 765,00
19	Bridão argola grosso.	10	R$ 252,00	R$ 2.520,00
20	Bridão de borracha.	05	R$ 204,00	R$ 1.020,00
21	Bridão D articulado de borracha.	05	R$ 318,00	R$ 1.590,00
22	Protetor de cernelha em gel.	60	R$ 800,00	R$ 48.000,00
	Total			**R$ 116.915,00**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Do objeto, no que tange ao parcelamento do objeto (divisão em lotes), optou-se pela adjudicação por **item**, visando ampliar a competitividade do certame e permitir que fornecedores especializados disputem as ferramentas e materiais específicos de forma isolada, em estrito respeito ao art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Quanto ao parcelamento da **execução (**fornecimento**)**, a modelagem por Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se amplamente vantajosa e necessária. O recebimento dos materiais dar-se-á de forma **parcelada e sob demanda**, em conformidade com as necessidades reais de reposição do Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I ao longo do exercício financeiro, não restando configurada a obrigação de compra integral imediata, o que otimiza o fluxo de caixa, o controle patrimonial e a logística interna da Unidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está devidamente alinhada ao planejamento institucional do Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I (RPMON), atendendo às diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2026, conforme preconizado no Decreto Estadual nº 90.385 /2023, que trata do planejamento das contratações no âmbito da Administração Pública do Estado de Alagoas.

11.2. A aquisição de materiais destinados à doma, adestramento e trato dos equinos está diretamente vinculada:

- À manutenção da capacidade operacional do policiamento montado, garantindo animais devidamente condicionados, treinados e aptos ao emprego em missões de policiamento ostensivo, controle de distúrbios civis, patrulhamento rural, eventos de grande vulto e ações de presença institucional;
- À preservação da saúde, bem-estar e desempenho zootécnico dos equinos, assegurando longevidade funcional e redução de afastamentos por lesões ou inadequado manejo;
- Ao cumprimento das diretrizes de governança e planejamento orçamentário, estando a demanda prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e em consonância com o Plano Anual de Contratações (PAC), quando aplicável;
- À observância dos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de adequada instrução da fase preparatória da contratação.

11.3. Ressalta-se que os materiais de doma e adestramento são essenciais para a formação progressiva dos solípedes recém-incorporados ao plantel, bem como para a manutenção do nível de condicionamento dos animais já empregados operacionalmente. Da mesma forma, os insumos destinados ao trato são imprescindíveis à rotina diária do plantel, impactando diretamente na saúde, desempenho físico e resposta comportamental dos equinos.

11.4. A não contratação dos referidos materiais comprometerá a continuidade das atividades de instrução e preparo técnico, podendo gerar prejuízo à capacidade de pronta resposta da Unidade, além de elevar custos futuros com tratamentos veterinários e recomposição de efetivo equino.

11.5. Dessa forma, conclui-se que a presente demanda não se trata de aquisição eventual, mas de necessidade permanente e estratégica, compatível com o planejamento institucional e com as atribuições legais da Corporação.

11.6. ATESTO que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual, elaborado nos moldes do Decreto Estadual n.º 90.385/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de materiais destinados à doma, adestramento e trato dos equinos do Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I proporcionará benefícios operacionais, administrativos, econômicos e institucionais, conforme descrito a seguir:

12.1 Benefícios Operacionais

- Elevação do nível de preparo técnico dos equinos, garantindo animais mais equilibrados, obedientes e adaptados a ambientes urbanos e situações de estresse;
- Aumento da segurança dos policiais militares, reduzindo riscos de acidentes decorrentes de falhas no manejo ou inadequado processo de adestramento;
- Maior eficiência nas ações de policiamento montado, especialmente em controle de distúrbios civis, patrulhamento em áreas de difícil acesso e eventos com grande concentração de público;
- Padronização dos procedimentos de doma e treinamento, assegurando uniformidade técnica na formação dos animais.

12.2 Benefícios à Saúde e Bem-Estar Animal

- Melhoria nas condições de manejo diário;
- Redução de lesões decorrentes de equipamentos inadequados ou desgastados;
- Contribuição para maior longevidade funcional do plantel;
- Melhoria no desempenho físico e comportamental dos equinos empregados operacionalmente.

12.3 Benefícios Econômicos

- Redução de gastos futuros com tratamentos veterinários decorrentes de manejo inadequado;
- Diminuição da necessidade de substituição precoce de animais;
- Otimização da aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133 /2021;
- Planejamento adequado da reposição de materiais de uso contínuo, evitando aquisições emergenciais.

12.4 Benefícios Institucionais

- Fortalecimento da imagem institucional da Polícia Militar de Alagoas perante a sociedade;
- Manutenção da capacidade de pronta resposta operacional do Regimento;
- Conformidade com boas práticas de gestão pública e planejamento estratégico;
- Garantia de continuidade das atividades finalísticas da Unidade.

12.5. Por fim, a contratação não representa apenas reposição de insumos, mas investimento direto na capacidade operacional do policiamento montado, na segurança do efetivo e na preservação do patrimônio público representado pelo plantel equino, gerando ganhos mensuráveis em eficiência, economicidade e qualidade do serviço prestado à sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Entrega e Recebimento

13.1.2. Por se tratar de contratação para formação de Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais de doma, adestramento e trato dar-se-á de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitações emitidas pelo Regimento ao longo do período de vigência do instrumento contratual. O prazo de entrega para cada remessa parcial será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento efetivo da respectiva Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho pela empresa detentora da ata.

13.1.3. Os produtos deverão ser entregues na Diretoria de Logística da Polícia Militar de Alagoas (DLOG), Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, S/N - Quadra 8 – Tabuleiro do Martins, CEP: 57081-000 - Maceió-AL. Horário de recebimento: de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h, exceto feriados.

13.2. Aceitação de consórcio.

13.2.1. Diante da natureza comum dos itens e da ampla disponibilidade de fornecedores competitivos no mercado nacional e regional, não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio na disputa desta licitação. A vedação visa estimular a ampla concorrência individual entre as empresas do setor de coudelaria e ferramentas de trato, potencializando a obtenção de propostas economicamente mais vantajosas para a Administração.

13.2.2. ATESTO que a solução proposta, no sentido de vedar a participação de consórcio, está baseada nas dimensões e complexidade do objeto, sendo certo que existe no mercado parcela significativa de empresas que, isoladamente, apresentam condições de executar a prestação em sua integralidade, de modo que a medida não comprometerá a ampla participação de licitantes.

13.3. Índice de reajuste.

13.3.1. Considerando a proximidade da efetiva variação dos preços do objeto da contratação e o maior conservadorismo do indicador, define-se a aplicação do Índice Geral de Preços ao Consumidor - IPCA para a excepcional hipótese de reajuste.

13.4. Da classificação quanto ao sigilo.

13.4.1. Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, não há necessidade de classificá-los como sigilosos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação dos materiais de arreamento (arreios) deverá observar os princípios da sustentabilidade ambiental, conforme previsto no artigo 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, no artigo 7º da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e nas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU). 14.1.2. Critérios de Sustentabilidade Adotados:
a) Preferência por materiais recicláveis, reutilizáveis e de alta durabilidade, como aço inoxidável, ligas metálicas resistentes, polipropileno e couro natural tratado de forma ambientalmente responsável;

b) Durabilidade como critério técnico essencial de seleção, visando reduzir a frequência de descarte e reposição de materiais;

c) Exigência de embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental, sempre que tecnicamente possível;

d) Prioridade para fornecedores que comprovem boas práticas ambientais, como uso racional de energia, gestão eficiente de resíduos,adoção de políticas de logística reversa e redução de poluentes;

e) Incentivo à rotulagem ambiental e à conformidade com normas de sustentabilidade técnica e social, observando as boas práticas de produção e responsabilidade ambiental.

14.2. Incidência no objeto da contratação.

14.2.1. Os materiais de arreamento, tais como selas, cabeçadas, rédeas, peitorais, mantas, boleteiras, caneleiras, estribos e demais acessórios, são confeccionados com insumos passíveis de reaproveitamento ou reciclagem parcial, a exemplo de metais, fibras sintéticas e couro. A alta durabilidade desses materiais contribui para a redução do impacto ambiental, diminuindo o descarte prematuro e a necessidade de reposições frequentes.

14.2.2. Nos casos em que forem empregados componentes plásticos ou de madeira, deverá ser exigida a utilização de materiais recicláveis, resistentes e provenientes de fontes renováveis, como o polipropileno reciclável ou madeira de reflorestamento, conforme descrito nas especificações técnicas do Termo de Referência.

14.3. Condições para Aplicação dos Critérios

a) Os fornecedores deverão utilizar embalagens sustentáveis, minimizando o uso de plásticos descartáveis e privilegiando materiais recicláveis;

b) O contrato poderá prever, quando aplicável, logística reversa ou recolhimento de materiais inservíveis em caso de substituições ou garantias;

c) O descarte responsável dos materiais danificados ou inservíveis deverá observar as normas da ABNT NBR 10004 e as diretrizes da SEMARH ou de outro órgão ambiental competente, assegurando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

14.4. Manutenção da Competitividade

14.4.1. Os critérios sustentáveis aqui definidos não restringem a competitividade do certame, uma vez que:

a) São compatíveis com as práticas de mercado adotadas por fabricantes e distribuidores do setor de materiais de equitação e policiamento montado;

b) Não impõe restrições a marcas ou fornecedores específicos, preservando a isonomia entre os participantes;

c) Incentivam práticas sustentáveis sem comprometer a economicidade e a eficiência da contratação pública.

14.5. Ademais, os requisitos ambientais ora propostos são proporcionais, objetivos e tecnicamente fundamentados, assegurando o equilíbrio entre sustentabilidade, eficiência e qualidade na aquisição dos arreios destinados ao Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante à legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: (82)99626-1175

EDVALDO HENRIQUE DOS SANTOS BASILIO

Subgestor Contratual

Assinou eletronicamente em 09/07/2026 às 11:47:11.